

FRANCISCO CARVALHO ROSADO

A INQUISIÇÃO EM CASCAIS

1541-1798



● cascais.pt

CASCAIS

Tudo começa nas pessoas

FRANCISCO CARVALHO ROSADO

A INQUISIÇÃO EM CASCAIS

1541-1798

Título

A INQUISIÇÃO EM CASCAIS: 1541-1798

Autor

FRANCISCO CARVALHO ROSADO

Edição

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS
DEPARTAMENTO DE ARQUIVOS,
BIBLIOTECAS E PATRIMÓNIO HISTÓRICO

Design gráfico e impressão

SERSILITO - Empresa Gráfica, Lda.

Imagens

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE CASCAIS
ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

ISBN

978-972-637-322-3

Depósito legal

508228/22

Tiragem

500 EXEMPLARES

(IN)TOLERÂNCIA

A 31 de março de 1821, as Cortes Constituintes decretaram a extinção do Tribunal do Santo Ofício, que funcionava em Portugal desde 1536, com o objetivo de julgar e punir os crimes contra a fé católica.

Durante 285 anos, a palavra Inquisição aterrorizou os Portugueses, condenando 19 247 pessoas. Depois de torturadas, muitas sucumbiriam na prisão, enquanto esperavam julgamento, vindo 1 379 a morrer na fogueira. Nenhuma “heresia” escapava ao Santo Ofício, que soube cultivar o medo, a censura e a denúncia ao longo de gerações.

Neste livro, Francisco Carvalho Rosado, que felicitamos pela sua oportuna investigação, estuda pela primeira vez a história dos cascalenses que caíram nas malhas desta tenebrosa instituição, desvendando os 53 processos que se preservam no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, marcados por acusações de judaísmo, mas também de islamismo, sodomia ou bigamia, entre outras. Todas as “diferenças” — verdadeiras ou falsas — seriam severamente punidas com prisão, interrogatório, tortura, confisco de bens, açoites ou degredo...

Felizmente, hoje vivemos num mundo mais tolerante, cada vez mais conscientes de que a vitalidade da comunidade em que nos integramos deve ter por base um profundo respeito por todas as diferenças e a potenciação do melhor que existe em cada um de nós. É para a

concretização deste objetivo partilhado que trabalhamos em Cascais, por acreditarmos que Tudo Começa nas Pessoas.

Sem menosprezar as nossas tradições, nomeadamente as religiosas, precisamos de saber reinventar-nos de forma a integrar a visão e contributos de todos os que escolherem Cascais para residir, trabalhar ou estudar. Há um século e meio que nos orgulhamos de ser uma terra de acolhimento e até um porto de abrigo para milhares de pessoas cujos direitos mais basilares foram cerceados, nomeadamente devido à guerra. Que este livro também nos permita refletir sobre a importância da escolha dos caminhos certos na vida, respeitando sempre as diferenças de quem nos acompanha nesta jornada.

Carlos Carreiras

Presidente da Câmara Municipal de Cascais

PREFÁCIO

O trabalho agora apresentado a público sobre processos inquisitoriais ocorridos na vila de Cascais resulta do empenhamento de pesquisa e de reflexão de Francisco Rosado, há muito interessado em compreender a chamada «questão da Inquisição no seio do catolicismo». Este contributo acrescenta uma análise mais localizada de alguns procedimentos da Inquisição, instituição que o lugar-comum tende a ver como característica marcante do catolicismo na sua expressão institucional, nem sempre compreendida como parte do funcionamento de uma determinada sociedade no seu todo.

A história da humanidade, desde os seus primórdios, foi marcada pela violência que levou sempre a estabelecer ordens sociais onde o domínio e a subordinação se pretendem legitimar pelo desiderato da coesão social e da funcionalidade do Estado: a organização política da sociedade. As épocas e as conjunturas configuraram distintos métodos e instituições. Foi assim e permanece, de um modo ou de outro, na atualidade.

A Inquisição moderna constitui uma dessas instituições, onde de uma maneira específica se percebe a mútua operacionalidade entre o religioso e o político. Compreendida como aferidora da homogeneidade confessional e suscitando níveis de distinção interna — ortodoxia e heresia; cristãos-velhos e cristãos-novos — suscetíveis de proporcionar um controlo interno da sociedade na convergência e no confronto de múltiplos interesses. No reino de Portugal, desde 1536 até 1821,

foram-se apresentando diversas etapas e recomposições. Neste longo período o reino foi uma sociedade de inquisição.

A Inquisição portuguesa não pode ser compreendida enquanto instituição de controle e de disciplinamento sem as suas múltiplas áreas de intervenção — o reino entendia-se nesse período como império —, as suas redes de pessoal e familiares ligados entre si, mas também em concorrência. A sua ligação à Coroa, encontrando-se sujeita às vicissitudes desta, necessita também de ser enquadrada na problemática da autonomia do reino, na centralização do poder régio, na paulatina constituição do Estado português moderno na sua forma de poder absoluta, acentuado com as reformas que se realizaram na Inquisição durante o período do despotismo esclarecido.

A historiografia portuguesa e estrangeira têm-se detido em muitos estudos e controvérsias sobre a existência e a história desta instituição com apreciações sobre as consequências para a sociedade e para a cultura portuguesas. Para compreender a história das sociedades importa atender às pessoas concretas que lhe deram corpo. Este trabalho de Francisco Rosado aproxima-nos desta perspetiva.

Se a Inquisição correspondeu à existência de um processo e da necessidade de provar níveis de culpabilidade marcando um determinado grau de «prática da justiça» que, noutros reinos sem inquisição, tendeu progressivamente a ser assumido pelo poder régio, é evidente que a confessionalidade católica, entendida como homogénea, tomava a doutrina e as práticas religiosas como marcos de licitude social e como âmbito ideológico onde se pretendia assentar essa mesma legitimidade.

A progressiva caducidade da Inquisição moderna teve as suas raízes numa dimensão bem anterior sobre a liberdade e a consciência, impulsionada desde o século XVI pela divisão confessional da Cristandade ocidental que, nos finais do século seguinte, encontrou uma nova perceção sobre a tolerância, não já como direito outorgado, mas como destrinça entre os limites da ação do poder civil e do poder

religioso para os quais se considerava ter limites, pois preconizava que os primeiros não deviam condicionar ou impor as convicções a cada um e que as instituições religiosas não tinham legitimidade de intervir violentando a consciência individual. Esta perspectiva civil e religiosa terá uma progressiva penetração nas sociedades ocidentais, sucessivamente entendida de modos diversos e contraditórios, integrando o ideário de correntes liberais e contribuindo para a relativização da confessionalidade social e política e o progressivo valimento do pluralismo crente enquanto nova compreensão da articulação entre os indivíduos em sociedade.

A Inquisição inscreveu-se num processo social e cultural, o qual se constitui ainda de grande pertinência e atualidade. O controlo social, a repressão, a censura ou a violência em sentido lato não desapareceram das nossas sociedades, sendo mesmo vertentes que caracterizam as tendências populistas, ditatoriais ou totalitárias. Mesmo nas sociedades que se autocompreendem como centradas na liberdade, verificam-se atitudes de manutenção da ordem pública, de ordem judicativa e de opinião pública que funcionam na base de uma moralidade considerada «natural, comum» pretendendo discriminar, catalogar e excluir, não sem evidentes formas de violência exercida ao nível da consciência e das práticas das pessoas.

Portanto, este estudo de Francisco Rosado convida-nos não só a conhecer uma realidade passada, mas a considerar atentamente como se percebe e se contribui para a coesão social, bem como nela se participa. O fim da Inquisição em Portugal acompanhou o surgimento de uma sociedade liberal e de cidadania. Longo percurso, não finalizado, sempre em confronto entre liberdade, consciência individual e responsabilidades sociais.

António Matos Ferreira

Agradecimentos

À Teresa, minha mulher, aos meus filhos Leonor e Francisco e ao meu sobrinho António, que muito contribuíram para eu manter a tenacidade necessária para concretizar esta investigação histórica.

Ao Professor António Camões Gouveia, cujos conselhos foram decisivos para tornar esta narrativa num livro com qualidade e interesse para a população de Cascais.

Ao meu Professor e amigo António Matos Ferreira, que gentilmente acedeu prefaciá-lo este livro.

À Câmara Municipal de Cascais, nas pessoas do Dr. João Miguel Henriques e Dr.^a Maria da Conceição Santos, que se empenharam na edição deste livro.

Por fim, agradeço à Instituição “Colégio Militar”, onde aprendi os princípios e valores que orientaram a minha vida.

Bem-hajam.

Francisco Carvalho Rosado

*O pêndulo da história humana tem balançado continuamente
entre o desespero e a esperança,
o horror e a felicidade,
o caos e a tranquilidade.
Somos seres complexos e imprevisíveis,
por vezes propensos ao desassossego,
ao isolamento e ao medo, mas também,
felizmente, por vezes inclinados para o optimismo,
à generosidade e à compaixão.
Inquestionavelmente, e em última análise,
o poder de corajosamente inclinar a balança no sentido da paz
reside firmemente em cada um de nós.
Por isso pergunto-vos:
no meio do caos, como podemos encontrar a paz?*

Joyce DiDonato

INTRODUÇÃO

O livro que vai ler é um singelo texto em que pretendo homenagear as pessoas passadas e actuais da “Villa” de Cascais. A Inquisição moderna (1536-1821) atingiu duramente todo o Império português e portanto também a “Villa” de Cascais.

Este tema, tão importante para a sociedade portuguesa, ganhou relevância com o contributo inestimável da investigação histórica protagonizada, entre outros, por Alexandre Herculano, Lúcio de Azevedo, António Baião, Maria José Ferro, Isabel Drumond Braga, Elvira Mea, Arlindo Correia, António Borges Coelho, Francisco Bethencourt, José Pedro Paiva e Giuseppe Marocchi.

A investigação dos processos inquisitoriais a pessoas de Cascais baseou-se num trabalho que elaborei com propósitos mais alargados e que acabou por não ser publicado por razões de indefinição de objectivos académicos.

Para realizar esta narrativa histórica tentei tornar acessível, para o público em geral, uma realidade que se apossou do reino de Portugal nos sécs. XVI a XVIII.

Dividi a narração em três subtemas que pretendem cumprir uma lógica facilmente compreensível para o leitor menos familiarizado com este assunto tão relevante na história de Portugal.

Na Parte I descrevo o contexto do início da Idade Moderna, o que permite observar o ambiente social, político e religioso que enformava as comunidades de então.

Na Parte II, com uma síntese histórica acerca do Tribunal do Santo Ofício (TSO), detelho a sua organização, refiro as regras que o guiavam e

menciono como foi surgindo a dinâmica de mudança da instituição ao longo dos quase três séculos da sua existência.

Na Parte III procurei analisar os 53 processos afetos à “Villa” de Cascais e relacioná-los com os diferentes problemas presentes ao tempo naquela sociedade reinol.

Tenhamos presente que a brutalidade da Inquisição não deve apagar a sua compreensão histórica e foi neste caminho que investigando os referidos processos existentes na Torre do Tombo acerca da Inquisição em Cascais¹ procurei vislumbrar o cenário de vida dos cascalenses de meados do séc. XVI ao séc. XVIII.

Com este contributo surge mais uma vez a questão: como foi possível uma sociedade cristã em plena época de Renascimento e Humanismo ter gerado uma “instituição” tão iníqua como a Inquisição portuguesa?

1 ANTT. Acedido em maio de 2016.
<https://digitalq.arquivos.pt/results?p0=CompleteUnitId&o0=11&v0=PT%2fTT%2fTSO%25&p1=ScopeContent&o1=1&v1=cascais>.

PARTE I

CONTEXTO

A convicção de que tudo o que acontece no mundo deve ser compreensível pode levar-nos a interpretar a história por meio de lugares-comuns. Compreender não significa negar nos factos o chocante, eliminar deles o inaudito, ou, ao explicar fenómenos, utilizar-se de analogias e generalidades que diminuam o impacto da realidade e o choque da experiência. [...] Compreender significa, em suma, encarar a realidade sem preconceitos e com atenção, e resistir a ela — qualquer que seja.

Hannah Arendt, 1950



Contextualizar é o processo que nos permite com algum realismo perceber o mundo num determinado tempo e lugar. Se não entendermos as causas dos factos narrados teremos grande dificuldade em perceber as suas consequências.

Para compreendermos a sociedade de Cascais desses tempos temos de pôr alguma luz no contexto sócio-político no reino de Portugal no início da Idade Moderna. Vejamos alguns temas que definiram claramente o contexto desse tempo.

A Europa passava por profundas transformações. As estruturas políticas, económicas, sociais e culturais que marcaram os reinos medievais estavam a ser substituídas. Havia expansão económica com novos interesses, que aportaram e consolidaram novas formas de governo. A sociedade que chega ao séc. XVI é ainda a sociedade de cristandade², que permitiu estabilidade ao homem medieval durante mil anos. No entanto, a força das duas grandes instituições desse tempo, a Igreja e a Monarquia, manteve-se intacta, conseguindo, assim, enfrentar os novos desafios que lhes trouxeram o fim do séc. XV e o séc. XVI.

O Renascimento e o Humanismo

Jean Delumeau considera o Renascimento uma época em que a civilização da Europa ultrapassou, de modo decisivo, as civilizações que lhe eram paralelas. Encarado numa perspectiva de desafio e resposta, o Renascimento passa pela crítica ao pensamento clerical medieval, pela recuperação demográfica, pelos progressos técnicos, pela aventura marítima, por uma estética nova, por um cristianismo reelaborado e rejuvenescido. O regresso à Antiguidade, “o aparente regresso às fontes da beleza, do saber e da religião foram apenas um meio de

² OLIVEIRA, Carlos Augusto Ferreira de, *A Cristandade: Um Modelo Eclesial de Poder*. Um poder baseado nos dois polos, Estado e Igreja Cristã, que vigorou durante o milénio medieval.

progredir”³. O Renascimento, unido por muitas ligações aos séculos anteriores, mostra na figura dos seus homens e das suas obras traços e cores que indiciam de forma espantosa as características do nosso tempo.

No fim do milénio medievo, a religião perdia força, muito por causa do dinamismo do processo renascentista, que começou a consolidar a ideia de que o Homem era o centro de todas as coisas. Na verdade, as influências de novos pensadores, filósofos e teólogos começaram a centrar o “Homem” no cerne das preocupações da sociedade de então. No séc. XVI, o despertar do Renascimento trouxe uma grande vontade de autonomia do poder temporal acompanhado do “humanismo”⁴ e dos valores profanos, num quadro geral de restauração da cultura greco-romana e de rutura com a cultura medieval. Podemos dizer que foi um período de descoberta do Mundo e do Homem. Embora o cristianismo continuasse a prevalecer, passou a considerar-se que tudo que é humano é mais importante do que é divino. Como escreveu Pico della Mirandola (1463-1494), “nada é mais admirável do que o Homem”⁵.

No Renascimento o Homem começou a ser visto mais como um ser conscientemente transcendente, cuja presença transcendia o corpo. Estava além do aqui e do agora e tornava-se capaz de projectar e viver o futuro ou reviver o passado.

O Humanismo, pelo contrário, recorrendo ao conceito clássico grego do ser humano, defendia que a excelência era alcançada por meio do esforço pessoal, que tinha por objetivo não apenas a educação, mas também a própria vida. Este movimento europeu, nascido pela liberdade trazida pelo Renascimento, procurou descobrir e reabilitar o

3 DELUMEAU, Jean, *A Civilização do Renascimento*, v. 1, p. 1.

4 Foi um movimento intelectual e filosófico que se desenvolveu durante o período do Renascimento, entre os séculos XV e XVI, baseado no antropocentrismo, que coloca o Homem no centro do mundo.

5 A partir do século XIV, o Renascimento nasce como um período intermédio, marcado pela glorificação da figura do Homem; reinterpretação dos textos herdados da Antiguidade; reflexão crítica sobre a cultura e a arte do período medieval; e principalmente pelo surgimento dos “debates” sobre os poderes exercidos pela Igreja e dos dogmas pregados pelo cristianismo até então. Os “humanistas” surgem nessa época e a sua narrativa não deve ser considerado como anticristã. Há nesta fase equilíbrio entre a valorização do Homem e a exaltação do divino no seu posicionamento filosófico e teológico. O Homem busca a perfeição utilizando a liberdade que lhe é conferida e esse caminho para a perfeição é alcançado à medida que se aproxima de Deus.

pensamento da Antiguidade Clássica, centrando o seu interesse num Homem novo em formação, contrariando a conceção hierárquica e feudalista do Homem medieval. Tempos em que se passou a valorizar o “ser” e a condição humana acima de tudo, dando relevância à generosidade, compaixão e preocupação.

O Humanismo procura o melhor nos seres humanos sem se servir da religião, oferecendo novas formas de reflexão sobre as formas de existência da sociedade. Entre vários pensadores salientaram-se Thomas More, Erasmo de Roterdão e Damião de Goes.

O Renascimento criou na sociedade um ambiente de grande “dinamismo” onde fermentaram as ideias que possibilitaram os acontecimentos que marcaram radicalmente a sociedade moderna.

A Igreja

A axialidade da Igreja romana durante cerca de 1400 anos, digamos do séc. IV até à Revolução Francesa (1789), moldou de forma profunda a sociedade europeia. A Igreja foi a instituição sede do poder espiritual, mas também do poder secular e tornou-se determinante na caminhada da sociedade até ao fim da Idade Moderna. Na verdade, “O poder da Igreja no Portugal moderno é, em simultâneo, concorrente e adjuvante do Estado. À Igreja cabe, antes de mais, a disciplina ideológica da população. Mas também o seu controlo comportamental e social, sem abdicar de uma boa parte do domínio que exerce em tudo o que é económico e político”⁶.

A Igreja foi principalmente afectada na sua organização e propósito por três eventos fundamentais: fractura da cristandade, reformas protestantes e reforma católica consagrada em Trento.

A Igreja Católica enfrentava uma profunda crise de credibilidade e a sua contestação já vinha desde a Idade Média. As críticas à Santa Sé centravam-se principalmente em questões como as riquezas em propriedades da Igreja, a corrupção dos clérigos, o abuso do poder, etc. A contestação a estes problemas era feita publicamente. As heresias

6 **MAGALHÃES**, Joaquim Romero, *Em Busca dos «Tempos» da Inquisição (1573-1615)*, in *Revista de História das Ideias*, n.º 9, p. 3.

dos valdenses e as críticas de John Wycliff e Jan Huss são já demonstrações claras de que a insatisfação com a Igreja Católica se arrastava há séculos. Assim podemos referir que a decadência do clero já antes do séc. XVI se deveu tanto à falta de saberes religiosos como a falhas nos planos ético e moral. Frei Almeida Rolo⁷ e o historiador Hugo Ribeiro da Silva⁸ referem a ignorância do clero em geral e dos Bispos em particular.

A evidência desta ignorância clerical conduziu à decisão tridentina de construir seminários diocesanos e outras escolas que permitissem diminuir a ignorância dos sacerdotes e de outros agentes religiosos.

De facto, as instituições seculares e clericais perderam as virtudes que mantinham a sua ascendência ética e moral perante a população em geral. O fausto e o luxo invadiram a Cúria romana. Por toda a Europa, Papas e Bispos recorreram sistematicamente ao nepotismo, com o consequente desprestígio perante a sociedade. A corrupção que atingiu a Igreja fragilizou a paz social e política, com protestos públicos que vêm a culminar no séc. XVI na insurreição de Lutero e na proclamação por Henrique VIII duma Igreja autónoma em Inglaterra.

Tudo isto se passava num quadro social de grande instabilidade, tornando assim insustentável a situação do clero no séc. XVI. A necessidade de uma reforma que credibilizasse a Igreja e a reorientasse no caminho da salvação passou a ser assim um tema urgente. A situação do mundo laico era semelhante à do clero, pois grassavam os mesmos defeitos básicos⁹. O comportamento moral das populações não era compatível com a dignidade cristã. Abundava o concubinato acompanhado de bigamia, os dias santos não eram respeitados, não se assistia à missa e executavam-se trabalhos servis. Tudo isto demonstra o estado de decadência da sociedade cristã de então.

7 **ROLO**, Raul de Almeida, *O Bispo e a sua Missão Pastoral, segundo D. Frei Bartolomeu dos Mártires*, p. 158.

8 **RIBEIRO DA SILVA**, Hugo, *O Concílio de Trento e a sua receção pelos cabidos das catedrais*, in **BARBOSA**, David Sampaio, **GOUVEIA**, António Camões, **PAIVA**, José Pedro, *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas*, p. 83.

9 **ROLO**, Raul de Almeida, *Bartolomeu dos Mártires: Obra social e educativa*, pp. 119-126.